

JOSÉ ALVES RIBEIRO JÚNIOR

SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS

**ELEMENTOS
CONSTITUTIVOS
NO DIREITO
BRASILEIRO**

2ª edição revista, atualizada e ampliada

**PREFÁCIO
FLÁVIA PALACIOS**

**Atualizado com o
Marco Legal da Securitização
(Lei 14.430/22)**

**THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ribeiro Júnior, José Alves

Securitização de recebíveis : elementos constitutivos no direito brasileiro / José Alves Ribeiro Júnior. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0032-8

1. Recebíveis 2. Securitização 3. Securitização - Brasil I. Título.

23-166428

CDU-347.435:657.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Recebíveis : Securitização : Direito mobiliário : Direito civil 347.435:657.42
 2. Securitização de recebíveis : Direito mobiliário : Direito civil 347.435:657.42
- Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	21
1.1. Introdução à primeira edição	21
1.2. Introdução à segunda edição	27
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ANÁLISE PRÁTICA DA SECURITIZAÇÃO	31
2.1. Surgimento da securitização de recebíveis	31
2.2. Justificativas extrajurídicas para operações de securitização.....	37
2.3. Operações de securitização no estrangeiro e sua tipologia	43
2.3.1. Operações nos Estados Unidos da América	43
2.3.1.1. Operações <i>agency</i> e <i>non agency</i> e estruturas de pagamento	43
2.3.1.2. ABS, MBS, CMO, CDO, CBO, CLO, CFO e outros títulos emitidos: ativos subjacentes...	48
2.3.1.3. Estruturas revolventes.....	53
2.3.1.4. Securitização de recebíveis futuros	55
2.3.1.5. Securitização sintética	57
2.3.1.6. Os VPEs e as peculiaridades fiscais no mercado norte-americano.....	59

2.3.2.	Operações na Europa	61
2.3.2.1.	<i>Pfandbrief</i> e <i>covered bonds</i>	61
2.3.2.2.	Fundos de investimento e sociedades de propósito específico.....	64
2.4.	Experiências brasileiras de securitização	68
2.4.1.	Primeiras operações	68
2.4.2.	Securitização imobiliária	70
2.4.3.	Securitização de créditos financeiros.....	84
2.4.4.	Fundos de investimento em direitos creditórios.....	87
2.4.5.	Certificados de recebíveis do agronegócio.....	104
2.4.6.	Fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – FIAGRO.....	110
2.4.7.	Regras gerais de securitização com veículos societários.....	111

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOUTRINÁRIA, NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL SOBRE A SECURITIZAÇÃO

3.1.	Possíveis conceitos jurídicos de securitização e seus elementos	119
3.2.	Positivação do conceito nos EUA e na União Europeia.....	135
3.2.1.	<i>Dodd-Frank Act</i> : positivação da securitização nos Estados Unidos da América	137
3.2.1.1.	Crítica doutrinária à definição estadunidense	139
3.2.2.	Regulamento (UE) nº 2017/2402 e a positivação do conceito de securitização na União Europeia	143
3.2.2.1.	Contraste entre as regras europeias para securitização e para os <i>covered bonds</i>	149
3.3.	Positivações do conceito de securitização no Brasil	151

3.4. Positivação do conceito de securitização nas regras gerais de securitização por veículo societário	158
3.5. Análise jurisprudencial	159
CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA SECURITIZAÇÃO	163
4.1. Importância da delimitação dos elementos constitutivos da securitização.....	163
4.2. Proposta de delimitação conceitual e categorização jurídica da securitização.....	164
4.3. Avaliação das definições legal e infralegal de securitização de recebíveis no ordenamento jurídico brasileiro	172
4.4. Securitização e coligação de negócios jurídicos.....	172
4.5. Securitização e o negócio jurídico indireto	174
4.6. Securitização e o negócio fiduciário.....	176
4.7. Crítica sobre a qualificação da securitização como negócio fiduciário ou indireto e proposta de qualificação.....	177
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA.....	181